

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARAPOAMA, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTES AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 07h30min, na sede da Câmara Municipal de Marapoama, situada à Rua XV de Novembro, nº 171 – Centro, realizou-se Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2025, em conformidade com o §4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A audiência foi presidida pelo Consultor Contábil Municipal, Sr. Murilo D'Amigo, que iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e ressaltando a importância da transparência, da responsabilidade na gestão fiscal e do controle social na administração pública municipal.

Na sequência, procedeu-se à apresentação dos demonstrativos oficiais que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referentes ao período de janeiro a dezembro de 2025.

Durante a explanação, foi demonstrado que a Receita Orçamentária Realizada no exercício totalizou R\$ 39.114.351,26 (trinta e nove milhões, cento e quatorze mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), frente a uma previsão atualizada de R\$ 39.828.193,50.

As Despesas Empenhadas alcançaram R\$ 38.337.685,70, sendo que as Despesas Liquidadas somaram R\$ 37.531.668,63 e as Despesas Pagas atingiram R\$ 37.273.445,83, resultando em superávit orçamentário de R\$ 1.582.682,63 ao final do exercício.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada no período foi de R\$ 39.102.154,65, sendo a base de cálculo para verificação dos limites estabelecidos pela legislação fiscal, especialmente no tocante às despesas com pessoal e endividamento.

No que se refere à Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo, esta atingiu o montante de R\$ 16.200.129,62, correspondendo a 42,12% da Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal, mantendo-se abaixo do limite máximo de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como abaixo do limite prudencial de 51,30%.

Quanto aos resultados fiscais, o Resultado Primário apurado ao final do exercício foi superavitário em R\$ 1.173.151,29, frente a uma meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de déficit de R\$ 2.860.341,36, demonstrando desempenho fiscal superior ao previsto.

O Resultado Nominal do exercício apresentou o montante de R\$ -1.319.071,20, refletindo a variação da dívida fiscal líquida no período.

No tocante às aplicações constitucionais, foi demonstrado que o Município aplicou 26,22% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, superando o mínimo constitucional de 25%, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal do Brasil.

Em relação ao FUNDEB, a aplicação total atingiu 99,44% dos recursos recebidos, sendo 82,45% destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, atendendo aos percentuais mínimos exigidos pela legislação vigente.

Quanto à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicou 18,26% da receita de impostos e transferências, superando o percentual mínimo constitucional de 15%, evidenciando o compromisso da Administração Municipal com o atendimento das políticas públicas essenciais.

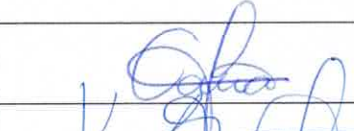


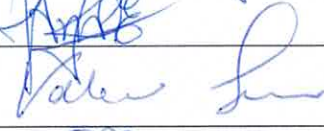



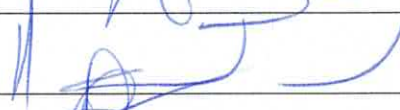

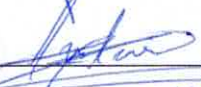
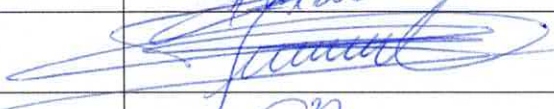


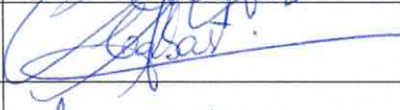

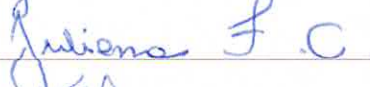
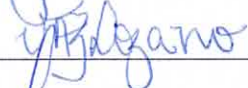
Foram ainda apresentados os dados relativos aos Restos a Pagar, demonstrando que o Município encerrou o exercício com equilíbrio financeiro, havendo disponibilidade de caixa suficiente para cobertura das obrigações inscritas, observando-se os princípios da responsabilidade e do equilíbrio fiscal.

Após a apresentação dos demonstrativos e esclarecimentos técnicos prestados, o Consultor Contábil colocou-se à disposição para questionamentos e manifestações dos presentes. Não havendo questionamentos, a audiência foi suspensa por alguns minutos para lavratura da presente ata.

Reaberta a sessão, a ata foi lida, discutida e aprovada, sendo assinada pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2025, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada e arquivada nos termos da legislação vigente.

Marapoama, 30 de janeiro de 2026.

**LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2025, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO 2026, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARAPOAMA.**

NOME	ASSINATURA
Cátia Custina de Freitas	
Karina Schinaglia Pirini	
Jénica Cip. M. P. Escobosa	
Valuís de Louren Teles	
Luana Cip. Scandellai Francisco	
Lucas Muler Bellini	
Flávia E. Frias Escobosa	
Mauro Jerônimo da Silva	
Jonathan César	
Amanda V. Maia	
Diago Antônio	
Paul Sérgio Pazim	
Roselene Costa	
Caterine Bacchi	
Juliana Moraes	
Juliana Ferreira Cardoso	
Dalma Z. Regano	
Tiseli Dias Ramos	